

# **Encorporando as "drogas": revendo alguns estudos sobre o assunto.**

Taniele Rui.

Cita:

Taniele Rui (2008). *Encorporando as "drogas": revendo alguns estudos sobre o assunto. IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-080/237>



## MESA ANTROPOLOGIA DEL CUERPO

### **Encorporando as ‘drogas’<sup>1</sup>: revendo alguns estudos sobre o assunto**

Taniele Rui,  
doutoranda em antropologia, Unicamp/Brasil  
tanielerui@yahoo.com.br

Ao propor o paradigma do *embodiment*, Csordas (1990:83) diz que entende por paradigma “uma perspectiva metodológica consistente que encoraja reinterpretaciones de dados existentes e sugere novas questões para a pesquisa empírica”. Indo adiante, ele afirma que tal abordagem começa com o postulado de que o corpo não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas que deve ser considerado como um sujeito de cultura ou, em outras palavras, como uma base existencial da cultura. Para isso, o próprio corpo deve ser visto como uma figura metodológica não dual em relação à mente.

Ligada a esta perspectiva, farei uma revisão teórica-empírica de alguns estudos, principalmente brasileiros, sobre “drogas”, e apresentarei algumas das dificuldades da pesquisa empírica referente a este tema. Tal discussão norteia a pesquisa que desenvolvo desde janeiro de 2005 sobre uso de “drogas”, com três grupos sociais distintos, a saber, estudantes universitários, “meninos de rua” e ex-usuários de “drogas” internados em uma clínica de recuperação a dependentes químicos. O objetivo aqui é dialogar, de um lado, com trabalhos que mostram o uso de “drogas” como uma prática cultural, cujos significados só podem ser compreendidos a partir do entendimento do entorno social onde o consumo ocorre e, de outro lado, com pesquisas já ancoradas no paradigma do *embodiment*, que criticam essa perspectiva porque consideram que o uso de “drogas” não pode ser reduzido apenas ao plano das representações, na medida em que o que tais experiências efetivamente põem em risco são as divisões entre corpo e espírito, material e simbólico, isto é, a ênfase recai sobre a problemática da corporalidade e das próprias substâncias como meios específicos para a produção de determinados tipos de pessoas: aquelas que privilegiaram a intensidade dos instantes (Vargas, 2001, 2006).

Antes de seguir, faço um pequeno parênteses para dizer que há uma relativa disputa classificatória em torno da noção de “drogas”, na medida em que esta palavra, tal como a concebemos hoje, é fruto dos processos de medicalização e criminalização que a

---

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela Fapesp, orientado pela Prof. Dra. Heloísa Pontes e co-orientado pela Dra. Simone Frangella.

configuraram ao longo de todo o século XX como substâncias psicoativas de caráter ilícito. Esse recorte, contudo, é arbitrário e está imerso em juízos de valor. Ciente desta disputa, o termo “drogas” será utilizado, mas entre aspas, a fim de indicar a sua problematização<sup>2</sup>.

### **I. Revendo os estudos sobre “drogas” a partir do paradigma do *embodiment***

Os estudos sobre uso de “drogas” em antropologia, de uma maneira geral, tematizam suas propriedades simbólicas e as influências e efeitos da cultura sobre tais experiências. A preocupação em descrever o contexto social onde tal uso é praticado e concebido foi certamente uma das principais contribuições desses estudos para o entendimento da questão. Os trabalhos pioneiros de Howard Becker (1971[1963]; 1977) inspiraram e ainda inspiram muitos estudos realizados no Brasil neste assunto. Para Becker, “na medida em que as drogas têm tantos efeitos, esses podem ser interpretados de várias maneiras e assim refletem influências contextuais extremamente sutis” (Becker, 1977: 182). O próprio Lévi-Strauss tem uma observação bastante parecida a respeito das substâncias alucinógenas. Diz ele:

*“os alucinógenos não contém uma mensagem natural cuja noção mesma seria contraditória; são detonadores e amplificadores de um discurso latente que cada cultura conserva, e cuja elaboração as drogas permitem ou facilitam” (Lévi-Strauss, 1993: 238).*

Dentre dessa perspectiva, o que está em jogo é entender como as experiências com as “drogas” de alguma forma refletem ou estão relacionadas com cenários sociais distintos. Neste caso, a função do cientista social é compreender esses cenários e os efeitos específicos desses nas experiências com as substâncias, bem como entender o processo pelo qual alguém faz uso de “drogas” continuamente. Estudando o uso de maconha entre músicos nos Estados Unidos, Becker considera que o consumo de drogas<sup>3</sup> é sobretudo interessante para uma “teoria do desvio” e para entender as “regras verdadeiramente operante dos grupos”.

Becker (1971) critica as idéias de desvio tais como propostas pelos estatísticos (algo que foge ao padrão de normalidade), pelos médicos (algo patológico) ou por alguns sociólogos (que trabalham com termos como “funcional” e “disfuncional”) por achar que essas idéias limitam nossas possibilidades de visão, ao localizarem o desvio no indivíduo e não no fenômeno que o classifica enquanto tal. Para Becker, esta é uma questão antes de tudo política, uma vez que o desvio é criado pela sociedade e pelos grupos no seu interior:

*“os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio e ao aplicar tais regras a certas pessoas em particular, qualificam-nas de outsiders. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato cometido pela pessoa, mas uma consequência da aplicação que outros fazem” (Becker, 1971:19, tradução minha)*

<sup>2</sup> Para ler mais sobre o assunto, ver os trabalhos de Vargas (2001) e de Fiore (2004).

<sup>3</sup> A palavra aqui está sem aspas porque era assim utilizada por Becker. Esse procedimento ocorrerá ao longo de todo o texto, visando respeitar e historicizar as categorias de cada autor.

Ou seja, o desvio não é uma característica específica de certas categorias de pessoas; ele depende da maneira pela qual os outros reagem a uma acusação. Em outras palavras, o desvio traduz uma fuga às normas fixadas pelos grupos sociais, mas para se tornar um desviante é necessário também se tornar objeto de uma acusação. Ser designado como desviante resulta de uma variedade de contingências sociais influenciadas por aqueles que detêm o poder de impor essa classificação. Quando se impõe uma regra, a pessoa que se imagina ter quebrado esta regra, pode ser vista como um tipo especial de indivíduo, alguém de quem não se pode esperar que viva de acordo com as regras do grupo – ela é considerada *outsider*. Mas o interessante de sua teoria é mostrar como a pessoa considerada *outsider* pode ter uma visão diferente do assunto, pode não aceitar a regra segundo a qual está sendo julgada e considerar que os seus juízes estão errados.

No caso, por exemplo, dos usuários de drogas, eles desenvolvem amplas racionalizações e explicam por que eles têm razão e por que aqueles que os criticam estão equivocados. É no interior desta preocupação mais geral que o uso de maconha se tornou, para o autor, um caso de interesse para a teoria do desvio, na medida em que permite apreender como a concepção que um indivíduo tem da maconha e do seu uso é consequência da experiência do indivíduo com a droga – o que ilustra seu argumento de que as motivações desviadas se desenvolvem no curso da experiência com a atividade desviada.

No caso específico do uso de maconha, o autor mostra que não há um motivo desviante para que alguém use a substância, mas que há uma carreira<sup>4</sup> que se faz no contato com outros usuários; um aprendizado que passa por uma redefinição de seus efeitos como algo agradável. Assim, aprender a gostar de maconha é uma condição necessária para o consumo estável da droga. Nesse sentido, Becker e sua abordagem convidam à compreensão do desvio como um processo em constante elaboração, no qual o indivíduo pode ou não se engajar. Sua teoria inaugura uma abordagem em que não apenas os comportamentos rotulados como desviantes são o foco de investigação, mas também as relações entre os pólos complementares da normalidade e desvio. No caso dos usuários de maconha, o grande ganho do autor é mostrar como, embora sejam considerados desviantes em relação à sociedade mais ampla, entre eles são desenvolvidos códigos de sociabilidade e aprendizado dos efeitos e do gosto pela droga, capazes de promover uma modificação na concepção que se tinha antes do envolvimento com a droga. Os usuários, ao longo dessa experiência, também passam a ter uma outra concepção da sociedade mais ampla, e começam a criticar aqueles que os julgam. Haverá, assim, uma sequência de mudanças e de atitudes que levarão ao uso da maconha por prazer.

Utiliza-se a técnica adequada para que a droga produza efeitos. Segundo Becker, ninguém continua fumando por prazer sem aprender uma técnica que provê uma dose suficientemente capaz de fazê-lo apreciar os efeitos. Depois, aprenderá a reconhecer esses efeitos e a gostar deles. É só quando consegue “viajar” que continuará fumando. Isto porque, para o autor, as sensações produzidas pela maconha não são nem automáticas, nem

---

<sup>4</sup> Segundo Miskolci (2005), Becker teria estendido a noção de carreira que empregava em seus estudos da sociologia das profissões aos seus estudos sobre o desvio. A noção de carreira lhe dá a idéia de uma evolução por etapas em que o resultado final nunca é certo: cada tipo de desvio consiste em uma carreira específica, mas o engajamento é singular: primeiro, há um ato primário (que pode permanecer secreto ou mesmo não ser intencional), depois a aquisição de uma identidade desviante e, finalmente, a adesão a um grupo desviante.

necessariamente prazerosas. “O gosto por semelhante experiência é um gosto adquirido socialmente” (Becker, 1971:58).

No Brasil, o trabalho de Gilberto Velho (1998), *Nobres e Anjos*, foi bastante influenciado pelo de Becker, guardando com este muitas semelhanças. É possível dizer, inclusive, que essa dimensão de pesquisa tornou-se a grande diretriz teórica dos trabalhos brasileiros que pretendem trazer à tona o ponto de vista e a perspectiva dos usuários de “drogas”, ressaltando “sua visão de seu mundo” e o contexto de uso que confere significado à sua experiência.

Em *Nobres e Anjos*, a questão do uso de tóxicos foi compreendida a partir de um contexto sócio-cultural, como parte de um estilo de vida e de uma visão de mundo. O seu estudo está centrado em dois grupos de habitantes da zona sul do Rio de Janeiro, que tinham em comum a utilização regular de tóxicos nos primeiros anos da década de 70.

O antropólogo parte da própria visão de mundo desses grupos que classifica as pessoas em função de sua relação com os tóxicos. No entanto, o autor declara que a utilização de tóxicos entre os membros dos grupos foi apenas um ponto de partida para tentar fazer uma análise sistemática de certos estilos de vida e visões de mundo que estariam associados a esse comportamento considerado, em princípio, como desviante. Sua preocupação principal, teoricamente, consistiu em aprofundar o conhecimento sobre as camadas médias brasileiras, bem como sobre a teoria do desvio<sup>5</sup> em ciências sociais.

Embora possam ter a característica de indivíduos desviantes, esse universo, no entanto, está longe de ser homogêneo ou monolítico e é problemática a afirmação de um sentimento de solidariedade existente entre as pessoas que usam tóxicos. São as diferenças internas, em termos do tipo de tóxico utilizado, faixa etária, características de estrato social, que vão marcar fronteiras bastante nítidas. Segundo Velho, não há uma fronteira única, “mas uma constelação de grupos que têm em comum uma atividade clandestina e ilegal” (Velho, 1998:16).

Uma vez não sendo possível dar conta dessa “constelação”, o autor, relativizando o próprio conceito de grupo, reduz seu foco a dois grupos que usam tóxicos, mas que possuem características diferenciadoras. Bastante semelhantes em termos econômicos, havia certas discontinuidades fundamentais em termos etários, ou seja, em termos de um determinado tipo de experiência marcado por certas vivências historicamente localizadas. Ou seja, embora vindos da mesma origem social, os *nobres* e os *anjos*<sup>6</sup> viveram momentos diferentes de ascensão das suas famílias. Um traço fundamental da ideologia dessas pessoas é a separação em relação a outros indivíduos ou grupos, marcando enfaticamente a especificidade de seu estilo de vida de “pessoas finas e educadas”. Em outras palavras, há um princípio hierarquizador que diferencia os grupos e que é fortemente manipulado pelo universo investigado, marcando posição fortemente elitista. A partir dessa herança e de

---

<sup>5</sup> É interessante notar como o autor justifica a escolha da teoria do desvio em meio a outras discussões da época e que são explicitadas por Velho em seu livro, como é o caso das discussões sobre se esses grupos pertenciam ou não a uma subcultura, ou se faziam parte do movimento da contracultura. Velho recusa essas duas alternativas, pois para ele “o conceito de subcultura ou de contracultura está vinculado a essa perspectiva muito preocupada em traçar limites rígidos entre o normal e o anormal, o ajustado e o desviante, o típico e o atípico. (...) Não se trata de negar a existência de discontinuidades, mas de percebê-las dinamicamente” (Velho, 1998:18).

<sup>6</sup> É importante dizer que, embora o autor tenha intitulado o livro de *Nobres e Anjos*, em nenhum momento Velho utilizou-se dessa terminologia no decorrer do trabalho. Portanto, toda vez que esses dois termos aparecerem no interior deste *paper*, tenho inteira responsabilidade por isso.

experiências particulares é que são constituídos os tipos de *ethos*<sup>7</sup> dos dois grupos estudados.

Esses dois grupos, embora manipulem símbolos da cultura dominante, infringem regras e podem ser caracterizados, pelo uso de tóxicos, como desviantes<sup>8</sup>. Todavia, seus estilos de vida e visões de mundo são bem diferentes, por exemplo, do contexto original de utilização da maconha na sociedade brasileira – o morro, a favela. Dessa forma, o tóxico tem significados distintos em função do grupo que o utiliza:

*“Tendo realizado a pesquisa numa grande metrópole, numa sociedade estratificada, tive oportunidade de verificar que os tóxicos são utilizados e reprimidos de forma bastante diferenciada, basicamente em função da classe social, estrato ou grupo de status a que pertença o consumidor. Desta forma, o tóxico não só tem significados em função do grupo que o utiliza, como sua utilização pode ser interpretada por não consumidores, acusadores potenciais e autoridades de maneira diferente, provocando reações particulares. Mais ainda, embora possam ser estigmatizantes em termos de uma cultura dominante oficial, os tóxicos são manipulados como símbolos de prestígio não só internamente aos grupos estudados, mas como forma de marcar distâncias em termos de relacionamento entre grupos sociais distintos. (...) Na medida em que [o tóxico] se incorpora ou que é compreendido não isoladamente, mas como sendo **um item de um estilo de vida**, vai ser mais um elemento que contribuirá para o estabelecimento de hierarquias internas a uma classe”. (Velho, 1998: 204-205, grifos meus)*

Como mostra a citação, é interessante pensar como esse mesmo item (o tóxico) posto em contexto pode ter significados díspares, ajudando a relativizar o problema dos tóxicos. “Não é o tóxico em si, mas associado a outros símbolos que vai criar as ‘marcas de distinção’” (Velho, 1998:198). Trata-se, portanto, de perceber o uso de “drogas” como mais uma dentre outras práticas sociais que são marcadas socialmente e que estabelecem relações de identidade e pertencimento, mas também de distinção, de hierarquia e de poder. Esse tipo de análise foi bastante empregado nos estudos posteriores sobre a questão.

Do levantamento realizado, além dos estudos de Becker e Velho, encontrei quatro trabalhos<sup>9</sup> que se dedicaram exaustivamente a estudar a questão do uso de “drogas” em contextos urbanos no Brasil a partir de etnografia ou contato íntimo com os usuários. Há coletâneas organizadas que também foram de grande valia para a construção do problema<sup>10</sup>. Com a exceção do trabalho de Vargas (2001), que será discutido posteriormente, é possível

<sup>7</sup> Velho utiliza-se da idéia de *ethos* de Gregory Bateson: “um sistema padronizado de organizações dos instintos e das emoções dos indivíduos”(Velho, 1998:59).

<sup>8</sup> É interessante perceber ao longo do trabalho como esses indivíduos vêm de famílias que freqüentam ambientes em que o uso de tóxicos é condenado e temido como possível causador de loucura. Velho frisa que: “em se tratando de uma sociedade complexa, existem diferentes concepções e versões sobre o uso de tóxicos e as pessoas estudadas estão expostas a essa divergência de interpretação, podendo ter momentos de oscilação entre uma e outra. Por outro lado, não se trata de uma simples divergência, mas de um confronto entre uma visão do problema que tem a sustentá-la a lei, a polícia, o aparato do Estado em geral, e uma outra em situação de ilegalidade, clandestinidade, pelo menos parcial, e com as dificuldades de implementação daí decorrentes.” (Velho, 1998:81)

<sup>9</sup> Lima (1990), MacRae e Simões (2000), Piccolo (2001), Vargas (2001).

<sup>10</sup> Entre as coletâneas, destacam-se as organizadas por Luiz Carlos Maciel (1985); Anthony Henman e Oswaldo Pessoa Jr. (1986); Odair Gonçalves Dias e Francisco Inácio Bastos (1992); Clara Lúcia Inem e Gilberta Acselrad (1993); Lígia Bittencourt (1994).

dizer que todos os outros estão fortemente baseados na proposta de Becker e Velho, segundo a qual deve-se entender o uso de “drogas” relacionando-o com o cenário social específico e com os estilos de vida que o produzem e que são por ele produzidos.

O trabalho de Janirza Lima (1990), originalmente apresentado como dissertação de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, teve como objetivo central entender a construção social do “farmacodependente” através do estudo tanto da legislação brasileira de tóxico quanto do contato íntimo com usuários da liga de Algafan<sup>11</sup> no Recife em serviços especializados no atendimento a tal usuário. A autora aborda a trajetória da “dependência” e os diversos estágios da afirmação desses indivíduos como desviantes – numa clara referência aos trabalhos de Becker e Velho.

Na sua pesquisa, a questão do desvio se tornou ainda mais interessante, pois Lima trabalha com “dependentes” no interior de instituições que, por sua própria organização, tornam impossível ao desviante questionar as práticas as quais está submetido. Um dos seus objetivos é verificar, no dia-a-dia de atendimento desses usuários, até que ponto a condição de desviante é sancionada e reforçada pelo aparelho institucional. Para a autora, a instituição, mais que esclarecer o desvio, cria um processo de institucionalização do mesmo. Somado a isso, ela procura analisar as relações entre a categoria estudada e outros grupos com os quais convive.

Edward MacRae e Júlio Simões (2000) realizaram pesquisa com membros de círculos de usuários de maconha socialmente integrados, pertencentes às classes médias e inseridos no mercado de trabalho ou no sistema educacional nas cidades de São Paulo e Salvador. Os dois autores também procuraram ressaltar a existência de uma subcultura da maconha que, segundo eles, é capaz de exercer uma influência marcante sobre os efeitos psicológicos e sociais decorrentes do uso da substância. Apesar das diferenças históricas e culturais entre as duas cidades, os autores encontraram grande similaridade entre os usuários pesquisados. Este trabalho tem caráter fortemente político, no sentido de que se propõe a dialogar com políticas públicas no intuito de mostrar um saber próprio dos usuários frente à substância utilizada, que se dá a partir do convívio em “rodas de fumo”. Os autores fazem críticas à política proibicionista de “drogas” e ao modelo biomédico que, geralmente, desconsidera o ponto de vista dos usuários.

Nessa mesma direção, há também o trabalho de Fernanda Piccolo (2001) sobre as trajetórias sociais de usuários de “drogas” em um bairro de Porto Alegre – um local assinalado e popularizado pela imprensa local como de elevado índice de criminalidade e intenso tráfico e uso de “drogas”. A inovação de sua pesquisa consiste justamente em adicionar a esses trabalhos o estudo das trajetórias de sujeitos sociais que têm em comum o uso de substâncias psicoativas, buscando compreender o peso e o espaço do uso das substâncias nessas trajetórias, os valores acionados, as redes sociais das quais esses sujeitos participam, os atores sociais que marcaram a trajetória desses sujeitos, as experiências pelas quais passaram e se, com o advento da AIDS, houve alguma modificação no uso.

Piccolo frisa que tais trajetórias só são compreensíveis no interior do contexto em que elas são produzidas e vivenciadas. Isto porque, segundo a autora, há uma relação

---

<sup>11</sup> Algafan é o nome comercial do Cloridrato de Dextropropoxifeno, cuja entrada no corpo se dá por meios intravenais. Todos os indivíduos entrevistados por Lima eram poliusuários que incorporaram o Algafan à lista de suas substâncias de “preferência”. Lima teve contato com os indivíduos que, uma vez presos, eram encaminhados à Delegacia de Entorpecentes para serem tratados e supostamente recuperados pela equipe da Divisão de Serviços Técnicos do Recife – instituição encarregada oficialmente de recuperar os “dependentes”.

indissociável entre a configuração cultural em que as pessoas estão inseridas e aquilo que elas pensam, vivem e produzem. Assim, os usos, o entendimento sobre as “drogas”, as características e os efeitos sentidos variam conforme o grupo social, o contexto, a cultura e a sociedade nas quais os usuários estão imersos, pois implicam um aprendizado constante e formas particulares de sociabilidade<sup>12</sup>.

A apresentação resumida desses trabalhos visa mostrar a força desse tipo de abordagem nos estudos sobre “drogas”. É possível dizer que minha reflexão só ganhou vigor argumentativo quando comecei a ter contato com essa literatura, que me favoreceu no sentido de pesquisar discursos e práticas frutos de contextos nos quais prazer, dor, corpo – temáticas bastante acionadas – possuem significações específicas, construídas de acordo com a imagem que se tem da “droga” em cada um deles e que, de certa forma, estão relacionadas com estilos de vida e com visões de mundo também bastante específicos. A partir dessa visada teórica é que explorei os cenários, os discursos sobre “drogas” predominantes em cada um deles, e as práticas dos agentes frente a esses discursos.

Mas, fazendo parte dessa “ciência estranha” em que se discute muito pouco os “dados” encontrados e mais as interpretações a eles conferidas, também esta abordagem apresentou seus limites para o entendimento da questão. Estes limites foram apontados por Eduardo Viana Vargas (2001), bastante ancorado nas discussões recentes sobre o *embodiment*. O principal objetivo deste autor é problematizar a partilha moral (médico-legal) entre usos lícitos e ilícitos de “drogas” e explicitar os critérios que fomentam tal partilha. Para tanto, o autor percorre a noção plurivalente de “drogas” e argumenta que uma investigação epistemologicamente positiva deve envolver uma análise das práticas e das representações socialmente constituídas dos corpos e dos sujeitos humanos, bem como subsidiar uma reavaliação crítica do estatuto dos sujeitos e dos corpos humanos na teoria social.

O autor inova juntando pesquisa quantitativa com qualitativa. Realiza *surveys* com amostras aleatórias de habitantes de Juiz Fora (MG), para mostrar que *todos* consomem “drogas” (que não são as mesmas, nem são usadas com a mesma frequência) e faz etnografia com usuários de “drogas” de uso ilícito também da cidade, com o intuito de descrever as redes de sociabilidade constituídas em torno dessa prática. Dessa etnografia, ele retira o argumento de que o consumo de “drogas” ilícitas, do ponto de vista dos usuários, coloca em jogo processos de alteração material e simbólica da percepção que envolvem o agenciamento de modos singulares de incorporação<sup>13</sup> e de subjetivação. Assim, esses diferentes usos de “drogas”, além de colocarem em questão a partilha entre a materialidade dos corpos e a imaterialidade dos espíritos também configuram dois “modos

<sup>12</sup> Ainda se enquadrando nesta perspectiva, pode ser visto o trabalho de Selma Lima Silva (2000), apresentado como dissertação de mestrado na Faculdade de Saúde Pública da USP. Estudando mulheres usuárias de crack, a autora também chama a atenção para o entendimento do contexto sociocultural onde ocorre a utilização da droga. Segundo Lima, considerar este contexto significa mostrar que a busca dos efeitos desejados pode estar também vinculada ao circuito que os oferece e à forma de conduta apropriada para circulação neste espaço – o que implica a construção de um estilo e uma estética próprios que possibilitam a identificação com seus pares e pelos “outros”.

<sup>13</sup> Por falta de um termo específico em português para traduzir a idéia implícita no termo *embodiment*, muitos autores que trabalham com a questão recorreram ao neologismo *incorporação*, ao invés dos termos *incorporação* ou *encarnação* já existentes. Isto porque *incorporar* tem a ver com algo que existe antes ou fora do corpo e a ele se junta, ao passo que *incorporar* diz respeito a dar ou tomar corpo, corporificar, materializar e não supor o dualismo corpo/mente implícito nos vocábulos *incorporar* e *encarnar*. Para essa discussão, além de Vargas (2001), ver também Simone Frangela, 2004 e Daniela Silva, 2004.

de produção de pessoas”: aquelas que privilegiaram a vida na extensão e aquelas que privilegiaram a intensidade dos instantes, nas palavras do autor, “modos extensivos ou intensivos de engajamento com o mundo”.

Segundo Vargas, tanto as práticas de uso lícitas quanto as ilícitas podem ser tomadas e reunidas num mesmo espaço porque fazem parte de um mesmo campo semântico, o das práticas corporais, “que é continuamente atravessado pelos modos como a vida e a morte são experimentadas e concebidas, histórica e culturalmente, pelos homens” (Vargas, 2001:34). Atentando para a heterogeneidade presente num hipotético “mundo das drogas”, Vargas afirma que embora as “drogas” usadas não tenham sido sempre as mesmas, nem as mesmas as pessoas que usaram, é possível perceber alguns elementos comuns, entre eles o cálculo das circunstâncias propícias para o consumo (lugar, horário do dia, etc) e o fato de os “‘amigos’ serem os companheiros preferenciais para o uso de ‘drogas’ ‘ilícitas’”(Vargas, 2001:462).

Segundo o autor isso sugere o que já havia sido revelado por Becker e Velho a respeito da influência do meio social no início ou na continuidade do uso de “drogas” ilícitas. Mas para ele, a influência do meio social dá conta de apenas uma parte do fenômeno – e que diz respeito à prática propriamente dita. Uma vez que o uso de “drogas” é uma atividade que envolve riscos físicos e sociais, o recurso a esse “meio” e não a outros, coloca problemas específicos. A crítica de Vargas é que se dá uma atenção especial aos aspectos prescritivos das práticas em questão, e muitas vezes se desconsidera o “meio” empregado – as “drogas”. Em suas palavras:

*“se o uso ‘drogas’ de uso ‘ilícito’ se equacionasse somente dessa maneira, isto é, como um mecanismo a mais de afirmação de ‘identidades’ ou de marcação de distinções sociais, permaneceria inexplicável o ponto fundamental, a saber, a especificidade do ‘meio’ utilizado, isto é, das ‘drogas’ utilizadas, já que o mesmo objetivo poderia ser alcançado mediante o recurso a ‘meios’ menos arriscados” (Vargas, 2001: 475)*

Ou seja, o uso de “drogas” não pode ser reduzido apenas ao plano das representações e dos sentidos, na medida em que não se pode perder de vista que o que tais experiências “efetivamente põem em risco são as divisões entre corpo e espírito, entre material e simbólico” (Vargas, 2001: 493). É nesse sentido que o problema concomitantemente material e simbólico do uso de “drogas” nos oferece um campo privilegiado para a agenda teórica da questão da corporalidade. Isto porque uma outra recorrência diz respeito à afirmação da existência de um efeito comum em todas as “drogas”: a alteração da percepção. Ou seja, distingue-se entre um estado tido como “normal” e os estados “alterados”. E o que está em jogo nessa alteração da percepção é a produção de outras maneiras de incorporação e subjetividade ou de subjetivação dos corpos; de outros modos de subjetivação e de incorporação.

Trata-se, portanto, de uma prática ambígua. As “drogas” são usadas porque, por meio delas, a percepção se altera, o usuário sai do “normal”, “foge da realidade”, descentra-se, mas as alterações produzidas são variadas, relativas, embora intensas, implicando um movimento contínuo entre “sair de si” e “voltar a si”; um movimento ininterrupto e torto entre diferentes critérios éticos de avaliação quantitativa e qualitativa da vida, que se distribuem numa polaridade tão tensa quanto tênue. Daí não ser à toa que o tema do controle e da perda do controle perpassa constantemente o assunto. Daí também não ser aleatório que a questão com que o uso de “drogas” se defronta seja a questão da vida e da morte.

E o que parece ser crucial é o fato de que tal produção de pessoas só se faz, no caso do consumo de “drogas” ilícitas, mediante perda, destruição, no limite, morte, mas também – e sobretudo – mediante criação<sup>14</sup>. Ou seja, em tal produção há a convergência de processos violentos de destruição e autodestruição, mas também de criação e êxtase:

*“Pois que sejam essas experiências que constantemente roçam o ilusório, o alucinatório, a estupidez, a miséria e a morte, e que, desse roçar, possam (embora nem sempre isso ocorra) extrair uma potência afirmativa, sua embriaguez, seu êxtase, ou, ao contrário, que o êxtase e a embriaguez possam resultar em estupidez e morte, esse parece ser o que torna radicalmente singular esse tipo de experiência” (Vargas, 2001:557)*

De acordo com o autor, caberia juntar o que estamos acostumados a separar e encarar de frente essa inquietante injunção que faz irem juntos a agonia e o êxtase. Isto posto, tais usos poderiam então ser interpretados como meios de produção de modos de subjetivação e de incorporação povoados por “ondas de euforia ou de contemplação, ondas de frio ou de calor, ondas de cores e de sons, ondas, ritmos, velocidades ou, para usar uma expressão de Deleuze e Guatarri, povoados por ‘intensidades’” (Vargas, 2001: 559). Assim, modos de engajamento com o mundo que considerariam a vida em intensidade (onde a questão de vida e morte posta não é mais a gestão da vida por medo da morte; mas a gestão da morte por afeto à vida) colocam em jogo maneiras diferentes de ser “(a)gente”:

*“que seja necessário roçar a morte para afirmar a vida, ou insensibilizar a vida para tentar escamotear a morte, esses parecem ser os tributos que se paga, os riscos que se corre pelos insidiosos caminhos das ‘drogas’” (Vargas, 2001: 560).*

Assim, a ênfase do autor recai sobre a problemática da corporalidade e das próprias substâncias como meios para a produção de determinados tipos de pessoas.

Com essa breve revisão dos principais trabalhos referentes aos usos de “drogas”, pretendo mostrar, sobretudo, o “estado da arte” brasileiro no interior do qual a discussão se localiza, bem como o vigor e os limites de cada perspectiva. Fica clara a contribuição dos

<sup>14</sup> Aqui me parece relevante atentar para aquilo que Michael Taussig denominou “espaço da morte”. Para o antropólogo, embora tal espaço seja inefável, ele é importante na criação do significado e da consciência. Um espaço cheio de conflitos e contraditório – o domínio privilegiado da metamorfose; o espaço da incerteza e do terror, mas que, entretanto, revive e confere uma nova vida, podendo nele haver uma certa leveza. “É onde a imaginação social povoou suas imagens do Mal e do Além”, mas também “é proeminentemente um espaço de transformação: através de uma experiência de aproximação da morte poderá surgir um sentimento mais vívido da vida” (Taussig,1993:29). O espaço da morte seria um momento privilegiado no arranjo da realidade do mundo, no seu fazer e desfazer. E aqui está o seu poder. Ainda que Taussig esteja falando da realidade da Colômbia – do terror e das práticas xamânicas existentes no território—não parece que o “espaço da morte” é o que estaria por trás das experiências do uso de drogas, tal como afirmado por Vargas? Um novo “arranjo da realidade do mundo”? “Momentos importantes para a criação do significado e da consciência”? Ou ainda, nas palavras de Mary Douglas, para quem também a ambigüidade possui potencialidades, simbolizando tanto perigo quanto poder: “uma aventura pelas regiões desordenadas da mente”? “uma aventura além dos limites da sociedade”? Lembremos da idéia de Vargas sobre o movimento ininterrupto entre “sair de si” e “voltar a si”. Esse ir e vir e essa busca parecem trazer consigo um poder inacessível àqueles que não o fizeram. Para Mary Douglas, é justamente nos estados de transição que estaria o perigo simplesmente porque a transição não é nem um estado nem o seguinte: é indefinível. E por ser indefinível estar em transição (ou nas margens) é estar não só em contato com o perigo, mas também com o poder. E aí então, voltamos à Taussig sobre o poder criativo do “espaço da morte”.

estudos de Becker e Velho no sentido de mostrar como a prática do consumo de “drogas” só pode ser entendida e concebida a partir de cenários sociais bastante específicos, cabendo ao pesquisador descrever cada um desses cenários e relacioná-los com as experiências. Retomando alguns aspectos principais, é preciso dizer que todos esses trabalhos estão preocupados em mostrar como isso que aparentemente se considera “mundo das drogas” nada tem de monolítico ou homogêneo, problematizando a afirmação de um sentimento de solidariedade existente entre as pessoas que usam “drogas”. Esses textos validam e corroboram a instigante afirmação de Velho segundo a qual seriam as diferenças internas em termos de “droga” utilizada, faixa etária, características de estrato social, que marcariam fronteiras bastante nítidas em relação às “drogas”. Não há, portanto, uma fronteira única, “mas uma constelação de grupos que têm em comum uma atividade clandestina e ilegal” (Velho, 1998:16). Nesse sentido, o grande ganho analítico desses trabalhos consiste em mostrar como, atentando para os diferentes cenários nos quais os usos de “drogas” são concebidos e praticados, entendemos também as variedades presentes num universo tão heterogêneo, que problematiza qualquer tentativa de estabelecimento de “grupos” e que possibilita relativizarmos as formas de uso e interação com as substâncias. Como também afirmei na introdução, esta discussão foi – e cada vez mais vem sendo – bastante central num momento histórico em que tais substâncias possuem caráter ilegal frente à legislação brasileira; em que ainda há uma forte carga pejorativa e moral circundando os usuários de “drogas”; em que o conhecimento biomédico referente ao assunto ganha cada vez mais autoridade e reconhecimento públicos e em que políticas de redução de danos acionam cada vez mais a especificidade de cada contexto.

Todos esses estudos, à sua maneira, colocam em relevo a perspectiva dos usuários e estão preocupados em ressaltar formas de comunicação e sociabilidade associadas ao uso de “drogas”. Todos eles também chamam atenção para que tudo o que se diz vulgarmente a respeito da “dependência”, do “uso nocivo” e até mesmo do “prazer” envolve mais complexidade do que aparenta à primeira vista. Em algum sentido, é possível dizer que há uma marca política que questiona a simplificação do discurso medicalizante e jurídico, bem como os juízos morais agregados a essas práticas, dando lugar às experiências e vozes dos usuários.

No entanto, esse tipo de abordagem carrega consigo alguns problemas, que já foram abordados na apresentação do trabalho de Eduardo Vargas, mas que por sua vez estão ligados à problemática do *embodiment*. Acho que Vargas tem, sim, razão ao afirmar que a ênfase no entendimento cultural parece às vezes ignorar o meio utilizado, ou seja, as próprias “drogas” e os seus efeitos sobre os corpos dos usuários. Isso fica claro, se considerarmos, por exemplo, o trabalho de Gilberto Velho e o próprio movimento do livro. O antropólogo começa dizendo quem são os “nobres”, onde eles vivem, o que fazem, como se comportam, quem são seus pais, sua relação com a política, para só depois entrar na questão específica dos tóxicos e mostrar como o seu uso tem a ver com um estilo de vida específico. E faz esse mesmo movimento com relação aos “anjos”. No fundo, o argumento que sobressai é o de que a união dessas pessoas e o que faz com que possamos, apesar das dificuldades, classificá-las enquanto um grupo é esse estilo de vida e não o fato de consumirem tóxicos.

Se o objetivo era entender camadas médias, por que o fez a partir do uso de tóxicos? Refinando esta pergunta, significa saber o que só a via dos tóxicos pode nos fazer entender sobre as camadas médias que outras vias, como festas, etiquetas e produção cultural, por

exemplo, não poderiam? Questão que deixarei em aberto porque, sinceramente, não sei respondê-la, todavia, acho interessante pensar sobre ela.

Esse argumento pode ainda ser corroborado pela resenha escrita por Livia Barbosa (1999) quando da publicação de *Nobres e Anjos*:

*“O livro oferece-nos uma boa etnografia sobre o estilo de vida e a visão de mundo das camadas médias da cidade do Rio de Janeiro da década de 70, dando-nos uma perspectiva histórica dos processos de reprodução, diferenciação e hierarquização social da época. (...) Nobres e Anjos tem como um de seus objetivos principais o mapeamento dos estilos de vida e visões de mundo de dois grupos. (...) Os “tóxicos” funcionam nesse contexto mais como **porta de entrada** para esses estilos de vida e visões de mundo do que como **tema central**. Sua importância é conjuntural, ou seja, funcionam basicamente como demarcador de fronteiras e de hierarquias em determinadas situações” (Barbosa, 1999: 1-2, grifos meus)*

Sinteticamente, o que pretendo dizer – concordando com Vargas – é que escapa à análise de Velho, bem como às análises que enfatizam a importância do entorno sócio-cultural, o fato de que, além de ser uma prática simbólica, o uso de “drogas” é também uma prática material que envolve riscos e prazeres tanto físicos quanto sociais. E que o recurso a essas práticas e não a outras, coloca problemas específicos que o princípio da influência do meio social por si só não dá conta.

Entendo que parte da explicação dessa abordagem mais “culturalista” pode ser encontrada no estatuto da teoria sobre o corpo em antropologia, em grande medida ancorado em textos como os de Mauss(2003a[1934]), Douglas(1978[1970]) e Clastres(2003[1973]), que concebem o corpo como superfície onde o mundo social se inscreve, ou seja, o corpo como resultado passivo de uma “construção social”. Vargas, por sua vez, está orientado pelos estudos mais recentes, que tematizam o *embodiment* e, como Csordas (1990), busca problematizar dualidades e dicotomias, tais como natureza/cultura e corpo/mente. Para ele, o corpo é experimentado como um modo prático de vivenciar as situações e os eventos. Foi seguindo essa perspectiva, que Vargas introduziu nos estudos sobre “drogas” a questão da materialidade do corpo<sup>15</sup>, chamando atenção para o fato de que tais práticas são antes de tudo práticas encorporadas.

Juntando as contribuições dessas duas perspectivas analíticas e visando intercruzar o entendimento do entorno sócio-cultural com o problema da corporalidade colocado pelo uso de “drogas” é que construí minha perspectiva analítica. Explicando melhor, estou me referindo a duas perspectivas analíticas distintas de compreensão do fenômeno: de um lado, os estudos que focam no entendimento do contexto sócio-cultural no interior do qual esse uso ocorre (Becker [1971; 1977], Velho [1998], MacRae e Simões [2000], Lima [1990], Picollo [2001], Silva [2000]), considerando que “na medida em que as drogas têm tantos efeitos, esses podem ser interpretados de várias maneiras, e assim refletem influências contextuais extremamente sutis” (Becker, 1977: 182); e de outro lado, os estudos que enfatizam a via dos corpos (Vargas, 2001) e das “drogas” (Deleuze e Guatarri, 1997), ou

<sup>15</sup> Nesse sentido, a pesquisa dialoga também com o projeto temático *Gênero e Corporalidade*, desenvolvido no PAGU- núcleo de estudos de gênero da Unicamp, cujo objetivo é explorar as relações entre gênero e corporalidade, por meio da investigação de campos empíricos distintos, articulados teoricamente pelo desafio de explicar e analisar a materialidade e finitude do corpo com inflexões da ordem do simbólico mais duradouras. Entre outros trabalhos importantes, destaca-se o de Heloísa Pontes (2004), que busca a conexão entre nome, gênero e corpo e o de Mariza Córrea (2004), a respeito das “fantasias corporais”.

seja, a singularidade inerente a estas práticas, isto é, o fato de que elas ocorrem por meio de substâncias específicas que, uma vez em contato com os corpos humanos, provocam tanto sensações de euforia, alegria e prazer quanto sensações de dor, “bad trip” e ressaca física e moral. Segundo Vargas, seriam justamente essas sensações – e sua inquietante injunção – que nos desafiam a compreender a experiência com “drogas”, bem como os modos “intensivos” ou “extensivos” de engajamento com o mundo.

Assim, é no interior desse debate que o estudo do uso de “drogas” equacionado aos estudos sobre corpo se torna interessante. E se torna mais interessante ainda quando a própria modernidade está sendo caracterizada pela idéia de liberação física e sexual do corpo, pela grande presença do corpo na publicidade, na moda, no culto da higiene, da dieta, da juventude, dos cuidados e dos prazeres. (Featherstone, 1991; Turner, 1991; Le Breton, 2000; Giddens, 1993; 2002), pela idéia de que o corpo pode ser construído, fabricado e de que as identidades podem ser alteradas e permutadas. Em alguma medida creio que atentar para esse cenário cultural e histórico significa também perguntar se, do ponto de vista dos usuários, o uso de “drogas” incorporado estaria de acordo com ou contrário a esse projeto “moderno” e “reflexivo” do corpo e, no caso específico dessa pesquisa, verificar se este projeto “moderno” e “reflexivo” se estende igualmente aos segmentos sociais investigados.

## II. Dificuldades empíricas, à guisa de conclusão

Ao mostrar como o paradigma do *embodiment* o fez rever alguns trabalhos referentes ao tema que pesquisava, sobretudo rituais de cura e expulsão de demônios, Csordas argumenta que, se ignorarmos as implicações metodológicas do que propõe, o “espírito mal” pode ser visto como um ser inteligente, não material e irremediavelmente mal, que está sob domínio de Satã e cuja morada é o inferno. Mas essa não é a melhor via, pois, segundo ele, há sempre um processo de objetificação cultural que deve ser mostrado no relato etnográfico. No seu caso, ele descreve as várias formas como o demônio pode ser expurgado do corpo: a partir de uma tosse, de um berro, de uma asfixia, de um arroto, de uma torção do pescoço. Ou seja,

*“a distinção importante para nossa discussão é entre demônio como objeto cultural, e suas manifestações experienciais como concretas auto-objetificações nos religiosos. Como objetos culturais, demônios não são mais fictícios num sentido psicológico, que o conceito do eu [self]. Como um sistema de representação, a demonologia é uma imagem espelhada do eu culturalmente ideal, representando o índice de seus atributos negativos. É contra esse background cultural que as manifestações [por mim descritas] podem ser entendidas como exemplo de um processo incorporado de auto-objetificação. O elemento pré-objetivo desse processo está no fato de que os participantes experenciam essa manifestação como conteúdo espontâneo e não ordenado previamente. As manifestações são atos originais os quais todavia são redutíveis a um número limitado de formas comuns porque emergem de um habitus compartilhado.” (Csordas, 1990 [2004]: 91-92, trechos suprimidos)*

No entender de Csordas, olhar para os objetos de estudo apenas como se eles fossem a “imagem espelhada” da cultura de que fazem parte, é perder de vista toda a sua complexidade objetiva e os atos originais que produzem, ainda que estes sejam limitados por um *habitus* compartilhado. Em outras palavras, isso nos remete ao dilema de como

compreender fenômenos sociais que, por sua própria estrutura objetiva, não se amoldam espelhadamente às especificidades culturais.

Nessa direção, considero o trabalho de Frangella (2004b) um brilhante exercício etnográfico, baseado no paradigma do *embodiment*. Nesse trabalho, a antropóloga buscou investigar aspectos da corporalidade que poderiam traduzir os mecanismos de opressão dos moradores de rua na cidade de São Paulo, assim como suas formas de adaptação e singularização nesse espaço. Sua descrição começa pelos pés: as marcas mais evidentes de sua situação de rua, de exposição corporal, e da subtração material e social que os caracteriza, além de ser o meio de locomoção mais evidente. Descreve ainda o corpo que carrega peso e que faz dos objetos extensões de si. Merece destaque, sobretudo, questões relacionadas à sujeira e à limpeza. Segundo Frangella, as marcas olfativas, higiênicas e estéticas do corpo dos moradores de rua atualizam a dinâmica criada a partir do confinamento espacial e da subtração material a que estão sujeitos. Porém, é essa mesma condição abjeta que pode proporcionar aos moradores de rua mecanismos de defesa e maneiras de negociação com outros sujeitos sociais. Partilhando da perspectiva de Csordas, a autora percebe o corpo, por um lado, como um objeto sobre o qual se inscrevem mecanismos de poder e dominação e, por outro, como um agente que desafia esses mecanismos.

Como olhar a partir desse novo óculos? O que essa mudança de paradigma implica no tipo de conhecimento que se produz? Por onde passa agora a delimitação de um objeto ou de um problema de pesquisa? Como representar o que se vê? Trazendo essas reflexões para o meu objeto de estudo e tendo o corpo ao mesmo tempo como recorte analítico e como fonte metodológica, as questões que se apresentam são basicamente as seguintes: como descrever etnograficamente o corpo sem cair na armadilha de concebê-lo como algo “natural” ou biológico? Como acessar os efeitos dos usos de “drogas” no corpo dos usuários? Como traduzir em palavras, e em vocabulário antropológico, tais fenômenos? Que peso dar à influência cultural? Que espaço dar aos conteúdos espontâneos e não pré-ordenados que configuram essas práticas, uma vez que os efeitos não podem ser reduzidos aos esperados pelo grupo? Quais as diferenças encorporadas fundamentais entre diferentes grupos de usuários? Como as hierarquias e os diferentes níveis de consumo podem ser apreendidos a partir do corpo? Qual o papel do antropólogo não só na descrição, mas sobretudo na observação?

Na medida em que o corpo é a entrada por excelência das “drogas”, via nariz, boca, ânus ou veias, alguns aspectos merecem destaque na observação: os olhos vermelhos, as pupilas dilatadas, os dentes manchados, as marcas que indicam o uso de seringas, o nariz sangrando, os dedos indicador e polegar amarelados, as mandíbulas que se deslocam durante o uso, as pernas que tremem, a dor ou a anestesia, a limpeza, a sujeira, o emagrecimento ou o processo de engorda (fruto da “larica”), o riso exagerado, o choro incontrolável, vômitos, atenção nas conversas, posições corporais durante o uso, desmaios, gritos, aceleração, dança, sono ou falta dele, etc.

Todavia, por questões que se remetem à própria especificidade do objeto, ou seja, o fato de que “drogas” são substâncias ilícitas, há um limite na observação. Este limite faz com que, muitas vezes, tenhamos que acessar essas experiências somente a partir das narrativas contadas pelos usuários. Nesse caso, o que é possível recuperar? Como descrever o processo encorporado desses usos quando pesquisamos grupos cuja observação dos contextos de uso é bastante limitada? O que os corpos dos usuários informam a respeito

tanto dos mecanismos de sua opressão e regulação, quanto das suas possibilidades de resistência?

Todas essas perguntas sem respostas concludentes parecem nos indicar que a questão das “drogas” aciona a um só tempo questões de ordem metodológicas, teóricas e epistemológicas sobre as quais vale a pena nos debruçarmos. Em resumo, e para concluir esse *paper*, afirmo que o paradigma do *embodiment* têm ajudado a complexificar nossa visão sobre o uso e o estudo de substâncias químicas que, por sua própria especificidade, nos fazem repensar dualidades e dicotomias tais como material/simbólico, corpo/mente, representação/ação, mas não para afirmar que elas não existem e sim, para dizer, retomando o ensinamento do mestre Marcel Mauss (23), que

*“no fundo, tudo se mistura, corpo, alma, sociedade”. [E que] não se trata mais de fatos especiais dessa ou daquela parte da mentalidade, [mas de] fatos de uma ordem muito complexa, a mais complexa imaginável que nos interessa. É o que chamo fenômenos de totalidade, dos quais participam não apenas o grupo, mas também por ele, todas as personalidades, todos os indivíduos em sua integridade moral, social, mental e, sobretudo, corporal e material” (Mauss, 2003:*

### III. Bibliografia citada:

- Barbosa, Lívia.** Gilberto Velho, Nobres e Anjos. Revista Mana, vol.5 n.1. Rio de Janeiro, 1999. Texto encontrado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br), dia 19/1/2007 às 14:30hs.
- Becker, Howard.** “Como se llega a ser fumador de marihuana”. Los extraños: sociología de la desviación. Buenos Aires, Tempo Contemporáneo: 1971 [1963].
- \_\_\_\_\_. “Consciência, poder e efeito da droga”. Uma Teoria da Ação Coletiva. RJ: Zahar ed, 1977.
- Bittencourt, Lígia (org).** A vocação do êxtase: uma antologia sobre o homem e suas drogas. Rio de Janeiro: Imago; UERJ, 1994.
- Bourdieu, Pierre.** “Esboço de uma teoria da prática”; “Gosto de classe e estilos de vida” In: **Ortiz, Renato (org).** Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- Clastres, Pierre.** “Da tortura nas sociedades primitivas”. “O dever da palavra”. A Sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac&Naify, 2003 [1973].
- Côrrea, Mariza.** “Convenções culturais e fantasias corporais”. In: Peixoto, Fernanda. Pontes, Heloísa. Schwarcz, Lilia. (orgs). Antropologia, histórias, experiências. Belo Horizonte. Ed. UFMG/Fapesp, 2004.
- Csordas, Thomas.** “Embodiment as a paradigm for anthropology” (1990) in: **Aberdeen Body Group.** The Body: critical concepts in sociology. London, Routledge, 2004
- Deleuze, Gilles & Guatarri, Félix.** “Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível”. Mil platôs. capitalismo e esquizofrenia, vol.4. São Paulo: Editora 34, 1997.
- Douglas, Mary.** “Los dos cuerpos”. In: Símbolos Naturales – exploraciones en cosmología. Madrid: Alianza, 1978 [1970].
- \_\_\_\_\_. Pureza e perigo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- Elias, Norbert.** O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1994a.
- Fiore, Maurício.** Controvérsias Médicas e a questão do uso de “drogas”. São Paulo- SP. Dissertação de Mestrado – USP/FFLCH, 2004.
- Frangella, Simone Miziara.** “Corpos urbanos em trânsito: construções corporais na experiência urbana contemporânea”, 2004a, mimeo.
- \_\_\_\_\_. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Unicamp/Tese de doutorado. Campinas, 2004b.
- Giddens, Anthony.** A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas”. São Paulo: editora da Unesp, 1993.
- \_\_\_\_\_. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2002.
- Gonçalves, Odair Dias e Bastos, Francisco Inácio.** Só socialmente... Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998.
- Henman, Anthony e Pessoa Jr, Oswaldo.** Diamba sarabamba. São Paulo: Editora Ground, 1986.
- Inem, Clara Lúcia e Acselrad, Gilberta (org).** Drogas: uma visão contemporânea. Rio de Janeiro: Imago ed, 1993
- Le Breton, David.** Anthropologie du corps et modernité. Paris: PUF, 1990.
- \_\_\_\_\_. La sociologie du corps. Presse Universitaires de France. Paris, 2000 [1992]

- Levi-Strauss, Claude.** “Os cogumelos na cultura”. Antropologia Estrutural dois. Rj: Tempo Brasileiro, 1993 [1970].
- Lima, Janirza C. R.** Passageiros da fantasia. Recife: Fundaj, ed. Massangana, 1990.
- Maciel, Luiz Carlos.** Maconha em debate. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- MacRae, Edward. Simões, Júlio A.** Rodas de fumo – o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador, UDUFBA, 2000.
- Mauss, Marcel.** “As técnicas corporais”. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003a [1934].
- Mello e Souza, Gilda.** O espírito das roupas: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Miskolci, Richard.** Normalidade, desvio, diferença. Texto apresentado em Seminário, sob organização do PAGU – Núcleo de estudos de gênero da Unicamp em 13/04/05. Publicado em Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. Teoria e pesquisa. São Carlos: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/ Departamento de Ciências Sociais – UFSCAR, n.47 jul/dez, 2005.
- Piccolo, Fernanda D.** Se deixar a droga levar...: um estudo sobre as trajetórias sociais de usuários de drogas em uma vila de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- Pontes, Heloísa.** “A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga”. Tempo Social: Revista de Antropologia da USP. Vol.16, n.1, junho de 2004.
- Serra, Antônio F.** “Norma e criminalização”. In: Maciel, Luiz Carlos (org). Maconha em debate. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.
- Silva, Daniela Araújo da.** Do outro lado do espelho: bulimia e anorexia. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas – SP: IFCH-Unicamp, 2004.
- Silva, Selma Lima.** Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública, USP. São Paulo, 2000.
- Taussig, Michael.** Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura. RJ: Paz e Terra, 1993.
- Velho, Gilberto.** Nobres e anjos – um estudo de tóxicos e hierarquias. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1998
- Viana Vargas, Eduardo.** Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas. Tese de doutorado-UFMG. Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, 2001.